

Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria marxista da dependência revisitada

Worldwide System and the Forms of Capitalism: Marxist Dependency Theory Revisited

Jaime Osório

Graduado em sociologia pela Universidad de Chile e doutor pelo Centro de Estudios Sociológicos do Colégio de México. Atualmente, é professor-pesquisador no Departamento de Relações Sociais da Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Xochimilco, além de ministrar cursos na pós-graduação em Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México. É autor de diversos livros, entre os quais se destacam: *Raíces de la Democracia en Chile*, Era, México, 1990; *Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento*, UAM /FCE, México, 2001; *Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia*. UAZ / Porrúa, México, 2004; *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*, UAM /Itaca, México, 2009; *Estado, biopoder, exclusión. Análisis desde la lógica del capital*, UAM / Anthropos, Barcelona, 2012; *O Estado no centro da mundialização. A sociedade civil e o tema do poder*, Outras Expressões, São Paulo, 2014. E-mail: josorio@correo.xoc.uam.mx.

Tradução:

Diógenes Moura Breda

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Possui mestrado em Estudos Latino-americanos pela Universidad Nacional Autónoma do México - UNAM e faz doutorado em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Artigo recebido em 11/02/2016 e aceito em 16/02/2016.

Resumo

Neste texto, explicita-se a importância dos valores de uso que a América Latina produz, o que propicia uma elevação reduzida e focalizada da produtividade e abre passo à troca desigual com as economias desenvolvidas. Tudo isto gera uma modalidade de capitalismo, o dependente, que apresenta particularidades em sua reprodução, as quais a teoria marxista de dependência procura explicar.

Palavras-chave: sistema mundial; capitalismo dependente; troca desigual.

Abstract

This paper underscores the significance of the Use Values that Latin America produces, which contributes to a reduced and focalized increase in productivity, and allows an unequal interchange with developed economies. This generates a modality of Capitalism- Dependent-, which presents peculiarities in its reproduction, that the Marxist Dependency Theory aims to explain.

Keywords: worldwide system; dependent capitalism; unequal exchange.

I

Frente à dificuldade de oferecer uma resposta sobre as particularidades do capitalismo na América Latina, o caminho assumido por diversas correntes do marxismo é considerá-lo um capitalismo “jovem” ou “atrasado”, tomando como modelo o capitalismo industrial e desenvolvido, considerando, além do mais, que aceleração do seu “amadurecimento” é uma solução ao atraso. Desta forma, elude-se a explicação dos processos que o atravessam e, de forma reativa, impugna-se tudo aquilo que se distancie do modelo assumido. Discutiremos aqui estes pontos de vista e outros equívocos recorrentes, para destacar que o capitalismo dependente latino-americano é uma forma original de capitalismo, plenamente madura, e que sua dinâmica de reprodução não só não o aproxima, mas que o distancia dos caminhos seguidos pelo capitalismo desenvolvido.

II

Para diversas correntes marxistas, o sistema mundial capitalista deve ser concebido como o espaço onde operam economias com diversos níveis de desenvolvimento científico e tecnológico, diversas composições orgânicas de capital e diferentes níveis de produtividade¹. Isto explicaria o motivo de que algumas economias sejam desenvolvidas enquanto outras permaneçam no subdesenvolvimento. Porém, tal constatação se refere ao imediato, ao perceptível. É assim como o capitalismo se manifesta.

A partir deste ponto de vista, que ao mesmo tempo explica tudo e nada, não surgem perguntas sobre os motivos pelos quais economias diversas, formalmente independentes, iniciaram relações no século XIX *desde pontos de*

¹ Ver, por exemplo, de Rolando Astarita, *Monopolio, imperialismo e intercambio desigual*, Madrid, Maia Ediciones, 2009.

partida muito diferenciados em matéria de produtividade. ¿Tal situação não implicaria consequências para o futuro?

Além do mais: ¿qual a razão para que o capitalismo “jovem” ou “atrasado” não realize ou só faça esforços tímidos para elevar sua produtividade? ¿A concorrência, por acaso, não o estimularia em tal sentido? E se tal coisa não acontece, ou só o acontece timidamente ¿por que não operam neste capitalismo a força e a compulsão que a concorrência impõe?

III

O recurso explicativo às diferenças de produtividade, de composição orgânica e de tecnologia é uma formulação que “naturaliza” o desenvolvimento de algumas economias e regiões e o subdesenvolvimento de outras², como se fossem resultados normais advindos daquelas diferenças, e não como problemas a serem investigados³.

Para este marxismo, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se explicam de forma isolada e individual. O desenvolvimento é o resultado de esforços e capacidades internas alcançadas por capitais e nações, e a ausência ou debilidade de esforços e capacidades é o que explica, por sua vez, o subdesenvolvimento dos demais. No sistema mundial capitalista *não existem relações no sentido profundo do termo*, ou seja, relações com consequências substanciais para as economias que interagem entre si. O que existe entre umas e outras são intercâmbios de produtos, investimentos de capitais. Nada disso, ou qualquer outra relação, porém, tem consequências em matéria de desenvolvimento e subdesenvolvimento⁴.

² Utilizaremos, em um sentido lato, subdesenvolvimento e capitalismo dependente como sinônimos.

³ Há uma linha de continuidade entre este marxismo e o velho marxismo ortodoxo: as diferenças no desenvolvimento das forças produtivas explicam tudo. Só é necessário acelerar este desenvolvimento para romper o atraso e, além do mais, para aproximar-se da revolução.

⁴ Aqui, os supostos do individualismo metodológico se expressam na economia mundial. Para as teorias da estratificação, por exemplo, as desigualdades sociais se explicam de maneira individual, através das diferenças de capacidade, talento e esforço dos indivíduos. E isso define os montantes

Assim, o sistema mundial capitalista aparece como um espaço aberto em que qualquer economia, em qualquer tempo, pode alcançar o desenvolvimento, desde que tome as medidas pertinentes (¿Quais? ¿em que condições históricas? ¿em que espaço de forças no sistema mundial?). Subjaz o suposto, ademais, de que todas as economias são *estruturalmente homogêneas*, e a heterogeneidade visível é somente a expressão da etapa do desenvolvimento do subdesenvolvimento em que se situem. É devido a essa homogeneidade estrutural que no médio prazo é possível (ou não) chegar às mesmas metas, e que as diferenças de produtividade podem reduzir-se, manter-se ou ampliar-se.

É partir de uma ortodoxia mal compreendida e de premissas como as anteriores de onde provêm o mal-estar destas correntes com a teoria marxista da dependência (TMD, daqui em diante). Para esta teoria, o capitalismo dependente não tem nada de natural, e os processos que possibilitaram sua gestação, que o constituem e o reproduzem se estabelecem com clareza. Assim como o capitalismo desenvolvido tampouco é natural. Ambos são o resultado de processos históricos que ocorrem no âmbito do *sistema mundial capitalista*, os quais não só permitem mas *favorecem que capitalismos com níveis muito distintos de composições orgânicas e de produtividades se necessitem e se reproduzam em suas diferenças*.

IV

O fato do capitalismo necessitar extrair valor por meios econômicos e não políticos não pode levar a que a história e os processos prévios apropriação de riquezas por meios políticos entre impérios e colônias ou semicolônias – que permitiram que emergissem economias industriais e economias agro-mineiras – sejam apresentados como um assunto insignificante, um mero antecedente, porque *para a história subsequente não se trata de um detalhe irrelevante*.

diferenciados de riqueza que cada indivíduo recebe. Não existem, para estas teorias, relações sociais que incidam na desigualdade social, e muito menos exploração, a qual sequer admitem.

Se, no século XIX, economias formalmente independentes na situação mencionada se relacionaram, isto foi resultado de um processo de espoliação operado pelos centros imperiais sobre suas colônias, tornando possível que essa acumulação de riquezas favorecesse condições para a multiplicação de trocas comerciais e, posteriormente, de processos de industrialização em certos espaços do planeta, e o auge da produção primária, requerida pelos primeiros, em outros.

Em outras palavras, antes do século XIX existiram processos de acumulação e desacumulação que estabeleceram pontos de partida radicalmente diferentes entre as economias que se inter-relacionam e que participam da divisão internacional do trabalho nesse século. *O fato de que esta situação tenha sido propiciada por mecanismos políticos e extra-econômicos não implica que não tiveram consequências econômicas no momento de se iniciarem as relações entre economias “independentes” no século XIX⁵.*

A excepcionalidade de algumas economias que, a partir de uma situação de atraso produtivo inicial, gestaram processos de desenvolvimento no último século do capitalismo – entre as quais, a propósito, não aparece nenhum país latino-americano –, e também o grande número atual de economias subdesenvolvidas e dependentes, alimenta a hipótese de que *um sistema mundial capitalista maduro não é um espaço que aumenta as possibilidades para o*

⁵ Eric Hobsbawm afirma: “é cada vez mais claro que as origens da revolução industrial na Grã Bretanha não podem ser estudados exclusivamente em termos da história britânica. A árvore da expansão capitalista moderna cresceu em uma determinada região da Europa, porém suas raízes extraíram seu alimento de uma área de trocas e acumulação primitiva mais ampla, que incluía tanto as colônias de ultramar ligadas por vínculos formais quanto as ‘economias dependentes’ da Europa Oriental, formalmente autônomas. A evolução das economias escravistas de ultramar, e das baseadas na servidão da gleba, do Oriente, foram tão partícipes do desenvolvimento capitalista quanto a evolução da indústria especializada e das regiões urbanizadas do setor ‘avançado’ da Europa”. E agrega: “eram necessários os recursos de todo este universo econômico para abrir uma brecha industrial em qualquer país do setor economicamente avançado”. Ver *En torno a los orígenes de la revolución industrial*. Siglo XXI, Argentina, 1971, pág. 105, tradução nossa.

desenvolvimento, muito menos quando se constata que as distâncias iniciais se reproduzem e se incrementam ali onde o capital se fez presente

V

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são processos relacionados que emergem de forma simultânea e imbricada. São resultados do desencadeamento, expansão e amadurecimento do sistema mundial capitalista e das relações que o constituem. Somente nesse campo de relações estreitas e condensadas entre diversas economias é que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, ou que o capitalismo desenvolvido e o capitalismo dependente, alcançam explicação e sentido⁶.

Nas relações estabelecidas no século XIX, momento em que economias formalmente independentes da América Latina se inter-relacionam com economias industriais no mercado mundial, deve-se ressaltar que se instaura uma clara divisão do trabalho entre elas: as economias da região como produtoras e exportadoras de matérias-primas e alimentos, e as economias industriais como produtoras e exportadoras de bens industriais. *O ponto de partida qualitativamente diferenciado sobre os valores de uso possíveis de produzir por umas e outras economias não é um assunto de importância menor.*

A produção de valores de uso industriais exige e potencializa o surgimento de novos ramos e setores produtivos complementares e mais complexos⁷. A produção industrial leve requer indústrias intermediárias e ambas o

⁶ “O que levou a Revolução Industrial a ter início no Ocidente foi o fato de ali se terem acumulado, nos trezentos anos precedentes, o capital monetário e as reservas de ouro e prata internacionais – em resultado da pilhagem sistemática do resto do mundo através das conquistas e do comércio coloniais”. Ernest Mandel, *O capitalismo tardio*, São Paulo, Nova Cultural, 1985, pág. 40. Dados com esses nos permitem entender por que o desenvolvimento pode aflorar em certas regiões e economias. O subdesenvolvimento exige considerar economias formalmente independentes (e não colônias) e os processos de reprodução do capital que se gestam em sua integração ao sistema mundial capitalista.

⁷ Se, no século XVII, a indústria de algodão é a que permite o desencadeamento da revolução industrial na Inglaterra, a mediados do século XVIII é a produção de ferrovias o grande mobilizador

desenvolvimento de indústrias de bens de capital, produtoras de máquinas, ferramentas e de máquinas que produzam máquinas.

Nos tempos em que não havia de quem comprar estes bens, a industrialização operou como uma locomotiva que impulsionou o desenvolvimento de setores industriais cada vez mais complexos e de um denso tecido produtivo, comercial e bancário inter-relacionados. Somam-se a isso as redes de comunicação, de transporte, de armazenagem, de conglomerados industriais, comerciais e bancários que potencializaram as múltiplas dinâmicas desatadas pelo capital.

Se agregamos que o consumo dos trabalhadores tende, no século XIX, a associar-se cada vez mais com valores de uso industriais, além da demanda sobre estes bens gerada pelos setores que vivem da renda e da mais-valia e, finalmente, o impacto da demanda produtiva sobre esse processo, o quadro de dinamização interna que o capitalismo desenvolvido produz alcança um maior significado, sem desconhecer, é claro, as importações provenientes das colônias ou ex-colônias.

Se em determinado momento os conhecimentos ajudaram a potencializar tecnologias, posteriormente foi a própria dinâmica do capital a que reclamava potencializar conhecimentos, com a finalidade de gerar novas tecnologias⁸. O desenvolvimento constante das forças produtivas torna-se uma tendência inscrita no modo de ser do capitalismo desenvolvido: mais-valias superiores à média caminham de mãos dadas com os processos que incrementam a produtividade.

das indústrias de ferro e de aço. Ver, de Eric Hobsbawm, *En torno a los orígenes de la revolución industrial*, Siglo XXI, Argentina, 1971, cap. 3, pp. 89-114.

⁸ Maurice Dobb aponta que “a invenção não é um processo autônomo, desvinculado do progresso do investimento do capital, nem é possível separar este de seus efeitos sobre o desenvolvimento da invenção que, por sua vez, reage sobre o processo de investimentos através de sua influência sobre a rentabilidade”. Em *Estudios sobre el desarrollo del capitalismo*, Siglo XXI Editores, Argentina, 1971, pág. 343, tradução nossa. Neste sentido, a descoberta do motor a vapor e sua aplicação é um divisor de águas nos processos que darão vida à Revolução Industrial. Dobb, *op. cit.*, pp. 308-309.

A produção de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial, ao contrário, não exige a expansão de atividades produtivas complexas que a acompanhem e a estimulem. Assim, não se gesta uma locomotiva interna que incite o desenvolvimento de outros setores produtivos fundamentais para sustentar a produção exportadora. Por isso, o tecido produtivo e a rede de relações internas serão, via de regra, modestos. O capital local privilegia suas relações com capitais no mercado mundial. Desta maneira, a infraestrutura que favorece as exportações, tal como rodovias, ferrovias, portos, armazéns, frigoríficos, terão prioridade. Florescerão manufaturas que trabalham com prata, couro, etc., mas com uma força expansiva limitada.

Por outro lado, o tipo de valores de uso produzidos exige níveis baixos de desenvolvimento das forças produtivas, se comparados com a ebulição que tem lugar no mundo industrial. O crescimento dos bens exportados se sustenta, fundamentalmente, na extensão das jornadas de trabalho, na multiplicação do número de braços dedicados à produção e, mais tarde, quando se necessite infraestrutura mais complexa (como ferrovias, frigoríficos e ferramentas diversas) esta será adquirida no mundo industrial.

É importante destacar que esta modalidade de inserção ao mercado mundial e de expansão do capitalismo na região não desata um estímulo produtivista, como ocorre nas economias industriais. Ocorrem incrementos de produtividade, mas sempre atrasados e com crescente distância do que acontece no mundo desenvolvido. E isto é assim *porque a própria produção dos valores de uso que se leva a cabo não requer tais incrementos, assim como não o requer o peso dos mercados externos como espaço fundamental de realização.*

A crescente brecha que se estabelecerá entre umas economias e outras, tal como podemos apreciar, tem como ponto de partida *o tipo de valores de uso que ambas produzem e trocam, como os produzem e para quem os produzem.*

VI

Mas a importância dos valores de uso para essas economias é maior no decorrer do desenvolvimento do capitalismo. Nos países que colocam em marcha processos de industrialização, a exportação massiva de alimentos a partir da América Latina permite que uma parte substancial dos seus trabalhadores agrícolas possam se trasladar a centros urbanos e industriais.

Por outro lado, a importação de alimentos pelas economias industriais – que inclui desde doces (açúcar, cacau, frutas) até produtos fundamentais na cesta de consumo (como a carne de gado e o trigo) – propicia a diminuição do valor da força de trabalho, a qual tornará possível que, no século XIX, o capitalismo europeu dê um giro fundamental em seu processo de amadurecimento, passando de uma produção que se baseava nos mecanismos da mais-valia absoluta a outra onde o peso fundamental descansará sobre a mais-valia relativa⁹.

Isto implicou que o capitalismo industrial alcançasse a solução para uma equação vital: *compatibilizar a elevação da taxa de mais-valia com a expansão do mercado interno pela via do incremento do consumo dos trabalhadores*. A incorporação massiva da população trabalhadora das economias industriais ao mercado potencializará o desenvolvimento industrial de bens de consumo e de bens de capital, e, com isso, do capitalismo como um todo. O ciclo do capital industrial encontrava, assim, um eixo interno de articulação e dinamismo.

A expansão industrial e o barateamento de bens industriais também foram favorecidos pela significativa oferta de matérias-primas (capital constante) latino-americanas, fato que incidiu, por outro lado, na atenuação da caída da taxa de lucro.

Juntamente com a importação de produtos industriais complexos, como ferrovias, a maior parte das importações industriais realizadas pelas economias latino-americanas será de bens de consumo duráveis, como móveis, louças e demais valores de uso domésticos, assim como roupas, bebidas e outros bens não

⁹ Ruy Mauro Marini, Dialética da dependência, em *Ruy Mauro Marini, vida e obra*, Roberta Traspadini e Joao Pedro Stédile (orgs), São Paulo, Expressão Popular, 2005.

duráveis. Tais produtos se dirigem basicamente aos mercados locais de alto poder de consumo, que funcionam como uma extensão dos mercados industriais, alheios à produção artesanal e semi-manufatureira de bens-salário diversos.

O contraditório desta relação, em termos de valores uso que essas economias trocam, bem como de seus efeitos sobre viragem que ocorre nas economias industriais, da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, e da elevação da dimensão civilizatória que o capitalismo pode apresentar, é que na América Latina esta relação possui uma contra-cara radicalmente distinta.

A produção da região – que incide naquelas transformações no mundo industrial – tenderá a sustentar-se na extensão e no aprofundamento de mecanismo de exploração que se apoiam em um maior desgaste físico dos trabalhadores, e em fórmulas em que os salários serão insuficientes para preservar o *fundo de consumo*, com o objetivo de aumentar o *fundo de acumulação do capital*¹⁰.

A pergunta sobre os valores de uso diferenciados que as economias latino-americanas trocam com as economias industriais coloca em evidência que o *problema entre ambas economias não é simplesmente de diferenças nos níveis de produtividade*, mas que partem dos valores de uso possíveis de serem produzidos e que continuarão estabelecendo diferenças nas modalidades de reprodução do capital.

VII

O fato acima mencionado se torna mais claro se, junto aos temas derivados dos valores de uso, somam-se as determinações suscitadas a partir do valor implicado naquelas relações, e as consequências que tal determinação provoca nos diferentes tipos de economias.

¹⁰ R.M. Marini, *op. cit.*

O simples fato de que as economias desenvolvidas produzam com níveis tecnológicos superiores e com produtividades mais elevadas do que as economias dependentes permite que se originem modalidades de intercâmbios entre nações onde umas, as dependentes, entregam produtos com mais horas de trabalho em troca de produtos com menos horas de trabalho¹¹.

Isto ocorre pelo “pelo fato de, no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo também contar como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não se veja forçada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor”¹².

É importante destacar que o sistema mundial capitalista não é um território aberto onde o capital localizado em qualquer região do planeta e em qualquer economia nacional pode gerar transformações científicas e tecnológicas, e produzir, assim, bens sobre a base da elevação da produtividade do trabalho para impedir as trocas desfavoráveis. A produção de diferentes bens não exige as mesmas modalidades e os mesmos níveis de aumento de produtividade. Portanto, as diversas especializações produtivas no sistema mundial geram condições para que o intercâmbio de mais horas de trabalho por menos horas se *mantenha e se reproduza*.

Aqui, a visão de Ricardo sobre o comércio internacional e as vantagens comparativas, que possibilitaria a distintas economias, qualquer que fossem suas especializações produtivas, alcançar o desenvolvimento, não tem cabimento.

¹¹ “A troca de mercadorias produzidas em condições de mais alta produtividade do trabalho por mercadorias produzidas em condições de mais baixa produtividade do trabalho era uma troca desigual; era uma troca de menos trabalho por mais trabalho...”, Ernest Mandel, *O capitalismo tardio*, São Paulo, Nova Cultural, 1985, p. 35.

¹² Karl Marx, *O capital: crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital*, Boitempo, São Paulo, 2013, p. 508. Sobre este tema, Marini afirma que “mesmo que a produtividade reduza o valor unitário da mercadoria, esta pode ser vendida *acima de seu valor*, se a concorrência não atuar em sentido contrário”. Em Ruy Mauro Marini, “Las razones del neodesarrollismo”, *Revista Mexicana de Sociología* núm. extraordinario, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México, 1978, pág. 70, tradução nossa.

O sistema mundial capitalista e as divisões internacionais do trabalho que têm lugar em seu seio *geram especializações produtivas que não propiciam nem conduzem todas as economias ao desenvolvimento*. Ao contrário, caminham no sentido de criar especializações que favorecem a elevação da produtividade de algumas regiões e economias, e que limitam as opções de atividades que potencializam a elevação de produtividades em outras.

Além do mais, é necessário distinguir a que tipo de especializações produtivas nos referimos. Não é a mesma coisa alimentar uma especialização industrial com uma produção de bens cada vez mais diversificada e complexa, e que estimula o desenvolvimento de conhecimentos e novas tecnologias, do que alimentar especializações monoprodutoras, o com uma diversidade muito pequena, como as que caracterizam as economias latino-americanas, e com complexidades produtivas reduzidas.

É com a divisão internacional do trabalho estabelecida no século XIX, entre economias industriais e economias exportadoras de matérias-primas e alimentos, quando se estabelece o ponto de bifurcação onde, nas primeiras, *os processos de capitais individuais tendentes a gerar lucros desatam desenvolvimento e condições para intercambiar menos horas de trabalho por mais horas*, o que favorece que a acumulação não se sustente somente em esforços internos.

Nas segundas economias, ao contrário, seu lugar na divisão internacional do trabalho implica desatar processos em que a busca de lucros pelos capitais locais não somente não gerará desenvolvimento – ainda que gere lucros individuais –, mas condições para reproduzir os atrasos produtivos, o que implicará uma modalidade de capitalismo que intercambiará mais horas de trabalho por menos horas, dissipando assim a robustez da acumulação.

Os capitais do mundo industrial, nos séculos XVIII e XIX, buscam primordialmente lucros e, de forma quase inadvertida, esse impulso propiciará desenvolvimento. E são as operações estatais que lhes permitem progressos

substanciais, na medida em que os protegem da concorrência no mercado local e incrementam seus recursos por meio de operações militares de conquista em outras regiões, o que acelera a acumulação¹³. Os capitais posteriormente desenvolvidos chegaram poderosamente auxiliados a essa situação¹⁴. Sobre esta base operam, além do mais, a exploração aguda de sua população local, a expansão da produção industrial, o peso crescente da tecnologia, a elevação da produtividade, a incorporação dos trabalhadores ao consumo industrial e as trocas internacionais de menos por mais horas de trabalho.

Com a divisão internacional do trabalho gestada no século XIX, essa situação histórica particular que unificou *a busca de lucros e o desenvolvimento* se tornou menos provável em períodos posteriores. Os capitais que amadureciam na América Latina buscaram lucros e os alcançaram, mas também propiciaram o subdesenvolvimento. A produção de valores de uso com escassa demanda de conhecimentos, uma produção direcionada aos mercados exteriores, a superexploração, as trocas internacionais de mais horas de trabalho por menos horas, são alguns dos processos que estão na origem dessa situação.

Nesta modalidade de trocas entre economias, a lei do valor deixa claro que a lógica do capital tem pouco ou nada a ver com a disposição e vontade dos trabalhadores, na medida em que é o capital que define o que produzir, com quais equipamentos, tecnologias e organização da produção. Se o seu trabalho não é mais “produtivo”, é ao capital a quem se deve passar a fatura.

¹³ “O nacionalismo da burguesia britânica (...) foi agressivo: seu propósito não era *eliminar o atraso*, mas reforçar seu próprio progresso, conquistar o mundo”. Hobsbawm, *En torno a los orígenes de la revolución industrial*, op. cit., pág. 98, tradução nossa (Destaques de JO).

¹⁴ Entre os elementos que favoreceram a Revolução Industrial na Inglaterra, Hobsbawm julga necessário “reconsiderar a natureza e a importância do mercantilismo britânico; ou seja, a política sistemática de expansão econômica belicista e o colonialismo, e a não menos sistemática proteção dos industriais, comerciantes e armadores britânicos”. E agrega que “a presença de uma burguesia potente de dinâmica, em cujo âmbito privavam os interesses manufatureiros nacionais, foi decisivo”. Finalmente, afirma: “mas também parece provável que a inclinação dos governos britânicos em priorizar os lucros coloniais e a conquista de novos mercados sobre qualquer outra consideração teve um papel decisivo na exclusão de potenciais rivais econômicos...”. Hobsbawm, *En torno a los orígenes la revolución industrial*, Op. cit., pp. 305-306, tradução nossa.

Se nos limitamos às trocas entre economias em que a lei do valor opera com toda sua força, fazem-se presentes processos que apontam a reforçar o desenvolvimento de algumas economias e regiões e a dependência de outras.

São estes os processos que estão na base da deterioração dos termos de troca, em detrimento dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes¹⁵.

A estes processos que favorecem o aprofundamento de tendências e processos díspares nos dois tipos de economias que analisamos, somam-se as transferências de valor via repatriação de lucros devido a investimentos de capitais de economias desenvolvidas em economias dependentes¹⁶. O fato de que qualquer capital opere dessa maneira não significa que ignoremos as consequências que tal fato provoca nos lugares onde os lucros se concentram, assim como nos locais de onde saem os valores ou as maiores horas de trabalho.

VIII

¹⁵ No ano 2000, as matérias-primas *havia perdido entre 50 e 60 por cento do valor relativo* que tinham em relação às manufaturas até a década de 1920, com exceção da carne de gado, madeira e tabaco, que haviam melhorado sua posição. José Antonio Ocampo y María Angélica Parra, “Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX”, en *Revista de la Cepal* núm. 79, Santiago, abril de 2003. Outros autores encontraram uma diminuição acumulada de 75% durante 140 anos para os preços dos bens primários, a produção básica das economias dependentes, enquanto o índice acumulado do *The Economist* apresenta uma diminuição de 60,1% entre 1900-1904 e 1996-2000 para os preços dos mesmos bens. Ver, de Astarita, *Monopolio, imperialismo e intercambio desigual*, Op. cit., pág. 151-152.

¹⁶ De acordo com Theotonio Dos Santos, no período 1946-1968, houve uma fuga de 15 bilhões de dólares da América Latina para os Estados Unidos na forma de dividendos, juros, etc., referentes a investimentos de capital estrangeiro. Enquanto o capital exportado pelos Estados Unidos a América Latina chegou somente 5,5 bilhões de dólares. Em Dos Santos, *Dependencia económica y cambio revolucionario en América Latina*, Caracas, Nueva Izquierda, 1970, pp. 75-78, citado por Mandel, *O capitalismo tardio*, op. cit., pág. 44. Em 2014, as entradas de Investimento Estrangeiro Direto (IED) chegaram aos 158 bilhões e 803 milhões de dólares. Os lucros obtidos pelas empresas transnacionais somente neste ano chegara a 103 bilhões e 877 milhões de dólares, considerando um ano de queda nos lucros. Estas empresas costumam reinvestir cerca de 50% de seus lucros, extraindo da região os 50% restantes. Ver Cepal, *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2015*, Santiago, pp. 19-23. Por outro lado, a transferência de parte dos lucros a filiais permitem aos capitais transnacionais reduzir o pagamento de impostos por lucros, o que aumenta a espoliação de valores. Ver, de Orlando Caputo, *La crisis de la economía mundial y América Latina. Una nueva interpretación de la crisis*. Ponencia al Décimo Encuentro de la Sociedad de Economía Política, SEPLA, UNAM, México, 14-16 de octubre de 2015.

Estes processos não podem ser assumidos como exploração das economias dependentes pelas economias desenvolvidas. Estamos nos referindo a relações entre economias formalmente independentes, não temos, portanto, colônias e semicolônias. Por outro lado, se bem é correto afirmar que Estados desenvolvidos estimulam e protegem a ação dos capitais ali estabelecidos – em suas operações no exterior –, tal fato sugere que Estados e capitais de nações desenvolvidas exploram os trabalhadores do mundo dependente. Ademais, deve-se considerar que os capitais e Estados das economias dependentes intervêm de forma direta ou indireta nesses processos. Definitivamente, capitais e Estados de economias desenvolvidas exploram os trabalhadores das economias dependentes com o consentimento de Estados e classes dominantes dessas últimas. E o conjunto destas transferências de valor, por meio de diversos procedimentos, potencializam o desenvolvimento de algumas economias e debilitam o desenvolvimento de outras.

Aqui, tampouco se pode falar que os trabalhadores do mundo desenvolvido exploram as nações ou os trabalhadores do mundo dependente¹⁷. São capitais, classes dominantes e Estados os que os exploram. Não obstante, isto não implica desconhecer que os lucros alcançados nas economias dependentes permitem aos capitais das economias desenvolvidas e seus Estados elevar o bem-estar não somente das classes dominantes, mas também das classes dominadas do mundo desenvolvido¹⁸.

¹⁷ Tal como afirmou Arghiri Emmanuel em seu texto “El proletariado de los países privilegiados participa de la explotación del tercer mundo”, em Amin, Palloix, Emmanuel, Bettelheim, *Imperialismo y comercio internacional. (El intercambio desigual)*, Córdoba, Argentina, Cuadernos de Pasado y Presente núm. 24, julio 1971. Astarita atribui erroneamente esta ideia também a Marini, quando assinala que “a explicação de Marini se vincula claramente com a ideia de que os trabalhadores dos países adiantados participam da exploração dos trabalhadores dos países atrasados”. En *Economía Política de la dependencia y el subdesarrollo. Tipo de cambio y renta agraria en la Argentina*. Universidad Nacional de Quilmes Editorial, Argentina, 2010, pág. 46, tradução nossa.

¹⁸ Muitas classes sociais e frações que vivem de salários, como os proletários e a pequena burguesia assalariada, recebem rendas do pagamento de impostos as classes dominantes realizam. Isto não as converte em classes ou frações que participam da exploração.

IX

À luz dos problemas que os baixos níveis de produtividade provocam nas economias latino-americanas em termos de perdas de horas de trabalho e de transferência de valor, cabe perguntar-se pelas medidas colocadas em prática pelos capitais que operam na região a fim de fazer frente a uma situação tão desfavorável. Não é difícil entender que iniciar e aprofundar processos de industrialização para elevar a produtividade não se correspondiam com as condições existentes no século XIX, seja em matéria de infraestrutura, conhecimentos e/ou de capacidades de desenvolver tecnologias.

Na reprodução do capital das economias dependentes estão presentes dois processos que permitem compreender a resposta que se deu frente a esta situação. O primeiro processo diz respeito a que a própria dinâmica do padrão agro-mineiro exportador somente desata o impulso produtivista em níveis muito precários. A produtividade tendeu a crescer nos eixos exportadores, mas em níveis inferiores ao incremento das economias industriais. Bastava aumentar o número de horas nas jornadas de trabalho e o número de trabalhadores para responder à elevação da demanda de matérias-primas e alimentos, ou então para compensar com maior produção a diminuição dos preços no mercado mundial. Por outro lado, a demanda de produtos industriais, tanto de bens de consumo suntuário quanto de bens de capital, satisfazia-se com as importações das economias industriais.

O segundo processo guarda relação com o ciclo do capital que o padrão agro-mineiro exportador põe em funcionamento na economia latino-americana do século XIX. Na medida em que a maior parte da produção está voltada aos mercados exteriores, isso implica que a contradição do capital frente aos trabalhadores, enquanto produtores e potenciais consumidores, tende-se a agudizar na economia latino-americana, devido a que os trabalhadores não cumprem uma papel dinâmico na realização, permitindo que o capital possa remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor, ou seja, propiciando processos

de superexploração que aceleram seu desgaste e limitam sua capacidade de consumo.

Dessa maneira, por meio da apropriação do fundo de consumo dos trabalhadores para convertê-lo em fundo de acumulação de capital, ou por prolongações da jornada e, em menor medida, pela aumento da intensidade, o capital logra incrementar a taxa de exploração e, por sua vez, elevar a massa de mais-valia.

A superexploração não se constituiu somente como um mecanismo que limitava a participação dos trabalhadores como consumidores. Passou a ser também um mecanismo vital para enfrentar as debilidades produtivas na concorrência e compensar as transferências de horas de trabalho e de valor no mercado mundial, além de funcionar como fórmula para elevar os lucros dos capitais operantes na região.

Tudo isso mostra a conformação de um capitalismo que se vê estimulado pela busca de lucros, mas que em suas modalidades particulares de inserção ao sistema mundial capitalista gera mecanismos de reprodução que correspondem à lógica exposta acima, ou seja, produz processos particulares: temos, assim, a conformação de um capitalismo *sui generis*. Por esta razão a necessidade de caracterizá-lo como um capitalismo dependente. A contracorrente do que se afirma, é necessário, mas não suficiente, conhecer as leis e tendências do capitalismo em geral para explicar a dinâmica do capitalismo latino-americano¹⁹.

X

¹⁹ Astarita afirma “que não é necessária uma teoria da acumulação específica para os países dependentes, bastando com estudar como se particularizam as tendências e leis gerais do capital”. *Economía política de la dependencia y el subdesarrollo. Tipo de cambio y renta agraria en la Argentina*. Op. cit., pág. 11, tradução nossa.

A superexploração, enquanto violação do valor da força de trabalho²⁰, é possível porque existe uma enorme massa de população semi-ativa e inativa – ou flutuante, latente e intermitente – disponível para as necessidades e tempos do capital.

A força de trabalho no capitalismo se vê confrontada com duas tendências contraditórias: uma que se dirige a elevar seu valor pelo incremento dos bens que se incorporam à cesta dos bens-salário, seja para necessidades indispensáveis, seja para satisfazer necessidades sociais resultantes do próprio desenvolvimento das forças produtivas e da sociabilidade reinante. Outra que tende a limitar a elevação do valor da força de trabalho, porque o próprio progresso da produtividade acarreta a caída dos valores unitários dos bens-salário, antigos e novos.

Em outras palavras, a tendência é que aumente a massa de bens necessários (leite, pão, ovos, carne, feijão, roupas) e sociais (refrigeradores, celulares, rádio, televisão, cinema, educação, ócio, etc.), mas que, ao mesmo tempo, tal aumento não se expresse em uma elevação similar em termos do valor da força de trabalho e, portanto, em uma elevação igualmente similar dos salários. A massa de bens-salário aumenta mais do que o aumento do seu valor total.

Em condições de superexploração, o que tende a ocorrer é o aumento da massa de bens a consumir, mas como o salário não permite cobrir os bens necessários e os bens sociais, ter acesso a uns implica reduzir ou cancelar o consumo dos outros. Pode-se comprar uma televisão, mas se gastará menos com saúde, roupas e alimentos diversos.

A superexploração conduz, portanto, a um incremento da *pobreza relativa*, mas em condições que prejudicam a reprodução normal da força de trabalho. Este fato, e suas consequências para reprodução do capital em geral, tal como seu peso como elemento para incrementar a mais-valia, ou a redução do

²⁰ Trabalhamos extensamente este tema em “Fundamentos de la superexplotación”, en *Razón y Revolución* n. 25, Buenos Aires, 1er semestre de 2014.

mercado de consumo gerado pelos salários, são alguns pontos centrais que deveriam chamar nossa atenção.

Portanto, afirmar que se superexplora de maneira generalizada em uma economia não significa simplesmente que se paga pouco ou se trabalha longas horas. Não é um simples adjetivo à exploração. *É um elemento que tem consequências decisivas para a reprodução do capital e nas formas de inserção das economias latino-americanas no sistema mundial.* E é por essas consequências que a superexploração tem um peso fundamental na teoria que explica o funcionamento do capitalismo dependente.

Para o pensamento liberal é um escândalo que os trabalhadores consomem televisores, quando – se afirma – deveriam destinar o salário ao consumo prioritário de alimentos ou de saúde, seja para si mesmos ou para seus filhos. O que este pensamento não entende é que as necessidades sociais, como ter com uma televisão, têm um peso enorme justamente porque são sociais, no sentido das formas de existência em um tempo determinado.

Se nos lugares de trabalho se comenta a respeito da última partida de futebol, na banca de verduras ou na mercearia se conversa sobre a novela ou sobre o *reality* que está na moda, os sujeitos se inclinam a consumir um bem que os permita participar da sociabilidade reinante. Em poucas palavras, reproduzir a força de trabalho não é alimentar cavalos, em que com um fardo de alfafa se resolve tudo. A força de trabalho repousa no corpo de seres humanos que não podem viver e se reproduzir como na época das cavernas. Portanto, superexploração não pode se confundir com pobreza *absoluta*²¹.

Além do mais, em um mundo onde o trabalho feminino se multiplica, a presença de adultos por longas horas nas residências diminui, reduz-se a construção de áreas verdes nos novos complexos habitacionais para trabalhadores – ou mesmo nas auto-construções populares –, e a insegurança se multiplica, ter

²¹ Como Rolando Astarita sustenta. Ver *Monopolio, imperialismo...* op. cit., pág. 37

uma televisão (ou, atualmente, um *iPad*) é uma forma necessária para manter em casa – de tamanhos cada vez mais reduzidos – as crianças e os adolescentes, ao mesmo tempo em que suas as concepções e formas de ócio se modificam.

O problema com a superexploração é que para satisfazer necessidades sociais se tenha que reduzir ou deixar de consumir bens indispensáveis. E isto gera consequências em todo o processo de reprodução do capital.

XI

Uma crítica recorrente à TMD e, em particular, à superexploração, é aquela que a assume como um desencadeamento da teoria do subconsumo, formulada pelo economista suíço J. C. L. Sismonde de Sismondi e assumida pelos populistas russos, *em torno à impossibilidade da acumulação capitalista* derivada da contradição entre produção em consumo, situação na qual haveria um permanente excedente de produção devido à debilidade do mercado interno, e que somente pode ser resolvida acudindo aos mercados externos como solução à realização.

O que Sismondi e os populistas russos manifestam é sua incompreensão sobre o que é a acumulação de capital, por não considerar o capital constante e assumir somente a mais-valia e os salários no valor total criado²².

Sem deixar de reconhecer que existe uma contradição entre produção e consumo, que se abordará posteriormente, Marx explicita, a partir de um “modelo abstrato” (os esquemas de reprodução)²³, as condições de funcionamento em *equilíbrio* da produção capitalista, ou seja, de uma reprodução que, respeitando o valor, proporcione os valores de uso necessários para manter o equilíbrio das trocas entre o setor I, de bens de capital, e o setor II, de bens de consumo.

²² Marini desenvolve estes temas em seu artigo “As razões do neodesenvolvimentismo” op. cit.

²³ Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital*, Nova Cultural: São Paulo, 1985, cap. XX y XXI, pp. 291-384.

Dissemos se tratar de um esquema abstrato porque Marx estabelece uma série de supostos nas condições de equilíbrio: uma economia capitalista pura; a existência de somente duas classes sociais, capitalistas e trabalhadores; a mesma duração e intensidade do trabalho; a invariabilidade da composição orgânica do capital; e a exclusão do comércio exterior.

A partir dessas premissas, a contradição capitalista entre produzir valor sob a forma de valores de uso encontra uma via de solução, em que “cada setor (I e II) deve conseguir repor o valor de seus elementos de produção; mas só pode fazê-lo se toma uma parte desses elementos de outro setor, em uma forma material apropriada”²⁴.

Porém, uma vez que abandona os supostos assumidos, Marx analisa as crises capitalistas e as contradições que se gestam, indicando que “dentro da produção capitalista, a proporcionalidade dos ramos individuais da produção (e setores I e II, J.O) se apresenta como processo constante a partir da desproporcionalidade”²⁵ entre ramos e setores, advertindo, assim, os que privilegiam a proporcionalidade e o equilíbrio como o estado recorrente da dinâmica capitalista²⁶.

A respeito da contradição entre produção e consumo, Marx aponta ainda que “as condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. (...) Umhas estão limitadas pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade”. E esta última “pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da

²⁴ Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*, Ed. UERJ, Contraponto, Rio de Janeiro, 2001, pp. 379-380.

²⁵ Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*, vol. 1. São Paulo, Nova Cultural, 1985, pág. 193.

²⁶ Henry Grossman aponta, a propósito: “Os neoarmonicistas idealizam o esquema de equilíbrio (...) - confundindo o método de investigação com os fenômenos a investigar – acreditavam deduzir dos esquemas de equilíbrio uma tendência do capitalismo ao equilíbrio”, citado por Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. op. cit., pág. 377.

sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites mais ou menos estreitos”. E finaliza afirmando que “quanto mais, porém, se desenvolve a força produtiva, tanto mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo.”²⁷.

Em suma, os seguidores das propostas sobre o subconsumo não consideravam viáveis a acumulação capitalista nem o desenvolvimento do próprio capitalismo, por não levar em conta o valor gerado pela produção de capital constante e a oferta e a demanda que esse capital cria. Por esta razão, o mercado externo aparecia como o único caminho para resolver os problemas de realização. Com os esquemas de reprodução, em um modelo abstrato, Marx põe em evidência as proporcionalidades possíveis entre o setor I e o setor II, considerando o valor e a reposição de valores de uso para a oferta e demanda entre ambos setores. Por último, em uma análise menos abstrata e levando em conta as contradições entre produção e consumo no capitalismo, expõe os problemas de realização com os que o capital se enfrenta na medida em que reduz o poder de consumo dos trabalhadores. Finalmente, indica que a proporcionalidade entre setores se deriva de constantes desproporcionalidades.

Em síntese, “a solução dialética do problema da realização exige o progresso do modo de produção capitalista, a constante extensão de se seus mercados internos e externos. Segundo esse ponto de vista, a reprodução ampliada do capital nem é ‘impossível’ (como imaginava Sismondi) nem pode prosseguir até o infinito (como acreditavam os clássicos), pois o modo de produção capitalista deve reproduzir suas contradições internas em uma escala cada vez mais elevada, até que a ‘espiral’ do desenvolvimento capitalista (...) chegue ao fim”²⁸.

Em níveis de desenvolvimento mais concretos, tal como na dinâmica do capitalismo no sistema mundial, as leis do capitalismo podem sofrer alterações.

²⁷ K. Marx, *O capital*, Livro III, op. cit., pág. 185.

²⁸ R. Rosdolsky, op. cit., pág. 382.

Em primeiro lugar, está o fato que o capitalismo dependente no século XIX, ao direcionar sua produção aos mercados externos – e assim possibilitar a superexploração – leva a contradição do capitalismo entre produção e consumo a um novo nível. Por outro lado, já no século XX, a industrialização, ao não terminar de gerar o setor I, de bens de capital, obriga a repensar o que isso significa em termos de proporcionalidade e desproporcionalidade entre setores. E como a carência ou debilidade desse setor no âmbito interno se resolve pelo capital local via importações ou com produtos que ingressam em pacotes de investimento de capital estrangeiro. Que força tem, então, o setor I na economia dependente no que se refere à oferta e demanda de equipamentos, bens-salários e bens-suntuários para a economia local?

Não há subconsumo no capitalismo dependente, se com isso se quer sustentar que a superexploração impede a acumulação e reprodução do capital em geral. Pelo contrário, esta é a condição para que ocorra a reprodução no capitalismo dependente. Mas uma economia baseada na superexploração não permite uma acumulação e reprodução qualquer²⁹. Favorece a desproporcionalidade entre ramos, como a debilidade do setor I, e a maior força do setor II. Mas também a desproporcionalidade no âmbito dos bens de consumo, conforme sejam bens-salário (IIa) ou bens suntuários (IIb), em benefício relativo desses últimos.

²⁹ Isto põe limites a opiniões que defendem que, na América Latina, “os salários baixos, a superexploração e o exército industrial de reserva não são, em si mesmos, obstáculos para a acumulação capitalista (...), senão todo o contrário. É que, na medida em que os salários são baixos, a mais-valia pode ser alta, e se os capitalistas reinvestem uma parte importante daquela na ampliação de seu capital, haverá crescimento das forças produtivas e, portanto, da oferta e da demanda correspondentes”. E, ressaltando a meta que orienta estes pontos de vista, se indica que “este fenômeno ocorreu no capitalismo central”. Ver, Astarita, *Economía política de la dependencia y el subdesarrollo*, op. cit., pág. 56. (Destques no original, tradução nossa). Astarita afirma que o que o capitalismo industrial fez nos séculos XVIII e XIX, poderia se fazer na América Latina no século XXI. Além do mais, os problemas de realização e desproporcionalidade entre os setores no capitalismo dependente são minimizados pelo autor. Somente caberia perguntar: se a solução é tão simples ¿por que os capitais da região não a colocaram em prática até o momento? ¿por que insistem em buscar mercados externos e em adquirir equipamentos e maquinarias no capitalismo desenvolvido?

Além do mais, estas discussões devem se situar no contexto da vigência de um padrão de reprodução do capital como o que atualmente impera na região, o padrão de especialização produtiva, onde o setor industrial cumpre atualmente um papel secundário – frente ao peso do setor primário, com a produção massiva de matérias-primas e alimentos direcionados aos mercados externos –, alcançando relevância somente em alguns países, principalmente no México, em menor medida no Brasil e menor ainda na Argentina.

A expansão da produção de automóveis no México nos últimos 30 anos é uma bom exemplo dos problemas que aparecem nos temas que estamos tratando. De acordo com a Associação Mexicana da Indústria Automotriz, em 2014 o México se posicionou como o oitavo montador de automóveis a nível mundial, alcançando a cifra recorde de 3 milhões 219 mil e 786 unidades, um aumento de 9,8 % em relação ao ano anterior. Desse total, 85% se exportou, particularmente ao Estados Unidos, que receberam 71% das unidades³⁰.

No mercado mexicano, o automóvel é um bem suntuário, e por isso é baixa a porcentagem da produção, pouco mais de 10%, que se vende na economia local. Esse produto, porém, é um bem-salário no mercado estadunidense. Por isso crescem tanto as exportações a essa economia.

Não se deve perder de vista que são empresas estrangeiras as que dominam a indústria automotriz no México, e realizam nesta economia os trabalhos de alguns segmentos produtivos, os menos avançados em matéria tecnológica, tais como montagem, “maquila” e produção de partes.

Deve-se considerar também que a demanda da indústria automotriz a outras indústrias locais é muito baixa. Nestas condições, com segmentos produtivos de baixo nível tecnológico, sem maiores relações com outros ramos da

³⁰ Nota de El Financiero, México, em www.elfinanciero.com.mx/empresas/produccion-y-exportacion-de-autos-en-Mexico-rompen-records-en-2014-htm/. Consultado 04 de dezembro de 2015.

indústria local e com vendas majoritárias ao exterior, é difícil que não operem desproporcionalidades entre ramos e setores nas economias dependentes.

XII

Com o evolução do padrão industrial no século XX, parecia abrir-se um processo em que a ruptura do ciclo do capital e outros desequilíbrios na reprodução do capital na América Latina tenderiam a se reorientar e se aproximar das formas de reprodução do capital no mundo desenvolvido. Esta foi a mensagem da Cepal e das principais burguesias industriais da região. Entretanto, estas ilusões logo se desvaneceram. Nos países de maior desenvolvimento da região, as etapas de produção de bens industriais não-duráveis (vestuário e alimentos) e duráveis (móveis) avançaram com relativa facilidade. O crescimento dos empregos no aparato estatal e nas fábricas ampliava, por outro lado, o mercado interno, favorecido este último pela baixa composição orgânica do capital. Mas mesmo em condições de processos relativamente simples já se apresentavam problemas com a balança comercial, devido à importação de componentes para esta produção – matérias-primas, ferramentas e peças – e de bens suntuários.

Porém, os problemas sérios começaram a aparecer quando o processo de industrialização exigiu passar a fases mais complexas, como a produção de equipamentos, máquinas e peças. O montante de investimentos para estas indústrias tinha que ser maior, o que implicava reduzir as quantias destinadas ao consumo suntuário das classes dominantes, maior controle sobre os salários, maiores empréstimos e redução de juros por parte dos bancos de desenvolvimento e privados, assim com aumentar as transferências do setor exportador à indústria, o que alimentava conflitos entre classes e setores das classes dominantes.

Mas em meio a esses problemas emergiu uma alternativa não contemplada nos projetos iniciais e que modificou radicalmente o processo de industrialização.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, com uma infraestrutura produtiva intacta e nutrida, além do mais, pela aplicação de técnicas e conhecimentos bélicos empregados agora na produção, produziu-se uma redução acentuada da vida útil do capital fixo na economia estadunidense, tornando obsoletos equipamentos, maquinarias e peças ainda úteis, os quais serão oferecidos ao mercado mundial, e em particular ao mercado latino-americano, em condições de pagamento generosas.

Esta oferta se alinhava com as necessidades da burguesia latino-americana de passar a fases de maior complexidade na produção industrial, o que abriu as portas para que se aliasse com o capital estadunidense, favorecendo assim investimentos no setor industrial ou simplesmente adquirindo os equipamentos que a nova fase de acumulação exigia.

Mas, juntamente com a associação da burguesia local com o capital estrangeiro, outro assunto relevante diz respeito a que a industrialização deixou de constituir um projeto orgânico, que cobrisse o conjunto dos ramos industriais, e ficou acéfala ao não desenvolver os ramos do setor de bens de capital – surgindo somente algumas atividades ligadas a esse setor – e passar a depender da importação desses bens das economias desenvolvidas.

Abandonar a produção de bens de capital significou, além do mais, deixar de lado o setor que impulsiona com maior peso o desenvolvimento de conhecimentos e novas tecnologias. Assim, a burguesia latino-americana desperdiçou a já débil possibilidade de encabeçar um projeto de desenvolvimento.

A velha subordinação da burguesia latino-americana ao capital estrangeiro e a seus Estados; o peso da superexploração no processo de acumulação; a magnitude do esforço de acumulação para estimular processos de desenvolvimento científico e tecnológico e o desenvolvimento de novos ramos,

que a obrigariam a limitar seus gastos suntuários; entre outros, fizeram-se presentes naquela decisão. A responsabilidade não é do capital estrangeiro, mas dos Estados, da burguesia local e também dos setores exportadores regionais, que encaravam com rechaço e temor o aumento de sua contribuição para a industrialização.

XIII

Apesar dos equipamentos e maquinarias importados serem principalmente de bens de capital para a produção de bens-salário no seio da economia estadunidense, na América Latina assumiam outra condição, a de bens de capital para a produção de bens de consumo suntuário, como automóveis, devido ao peso da superexploração. Isto terá consequências no rumo da industrialização e nas dificuldades em aproximar-se das necessidades da maioria da população trabalhadora.

A associação com o capital estrangeiro trouxe consigo a aceleração da divisão da burguesia industrial em duas frações que começaram a agir com projetos e interesses cada vez mais contrapostos: uma, vinculada à produção industrial leve, menos dinâmica, menos capitalizada, com baixa composição orgânica e cada vez mais ligada à produção de bens-salário; e outra aliada ao capital estrangeiro, com maiores níveis de composição orgânica, ligada a uma produção industrial de bens mais complexos e suntuários, e que se tornará fração a burguesa mais dinâmica.

Esta divisão, que se acentuará muito rapidamente, ocasionará disputas inter-burguesas pela hegemonia do Estado e pela orientação da industrialização, tendo como resultado a imposição dos projetos da burguesia mais dinâmica. Na medida em que sua produção se dirige basicamente ao mercado interno médio e alto, esta fração da burguesia estimulará políticas econômicas que tenderão a afetar o poder de consumo da maioria dos trabalhadores industriais, da baixa burocracia estatal e do restante dos setores proletários urbanos pior remunerados

e sub-empregados, auspiciando as transferências de renda às classes, frações e setores com médio e alto poder de consumo interno. Ao mesmo tempo, buscará abrir-se aos mercados regionais somando pequenos mercados de alto poder de consumos em diversas economias, ampliando, assim, seu campo de realização.

Todos estes movimentos e processos culminam no fim das ilusões de um projeto de industrialização que conseguiria articular a produção e as necessidades de consumo da maioria da população trabalhadora. Ao contrário, a ruptura do ciclo do capital manifestava uma nova dimensão, agora a partir da produção industrial e no âmbito da economia local, gerando um poderoso porém reduzido mercado de alto poder de consumo, o qual reativava as pulsões para incrementar a superexploração, para concentrar renda nas camadas sociais mais altas e para iniciar aberturas ao exterior como forma de ampliar mercados, frente às restrições dos mercados locais.

A estes problemas, que colocavam mais uma vez em evidência as tendências locais de reprodução do capital, tendências estas distanciadas das imperantes no mundo desenvolvido, somam-se outros, como o incremento da pobreza, concentrada nos cinturões de miséria nas grandes cidades da região, devido ao aumento da composição orgânica nas indústrias dinâmicas e ao baixo crescimento das indústrias tradicionais, além a dificuldade do setor industrial em gerar emprego à altura da oferta de braços propiciada pela massiva migração campo-cidade; e os problemas da produção agrária para alimentar esta população, devido à monopolização da terra na maioria das economias da região.

XIV

A crise mundial provocada pela queda da taxa de lucro no final dos anos sessenta do século XX coincidiu com a crise do padrão de reprodução industrial na América Latina, devido ao crescimento dos desequilíbrios da balança comercial – em função das dívidas de importação de equipamentos e máquinas –, às dificuldades de ampliar mercados internos e externos para a produção industrial

de bens de consumo durável, ao descenso nos níveis de crescimento e à intensificação da luta de classes.

Ao calor daquela crise, o sistema mundial capitalista sofrerá uma profunda readequação que dará passo à conformação de uma nova divisão internacional do trabalho, onde a região voltará, como padrão dominante, à condição de exportadora de matérias-primas e alimentos, com exceção de algumas poucas economias onde se conservará a importância de certas atividades de “maquila” eletrônica e de vestuário, montagem de automóveis e produção de partes, com pouca tecnologia.

O padrão exportador de especialização produtiva se apoia em vantagens naturais, como o petróleo, minerais diversos, produtos agrícolas como verduras, grãos, frutas, carnes e madeira, e em produtos industriais a exemplo dos mencionados anteriormente.

O novo padrão torna os mercados externos seu campo fundamental de realização. Manifesta-se neste espaço uma divisão entre economias da parte sul da América Latina, que dirigem sua produção principalmente à China, à União Europeia, a algumas economias do sudeste asiático e à própria região, e outras, como o México e certas economias centro-americanas, que exportam principalmente aos Estados Unidos.

O início do funcionamento do novo padrão esteve acompanhada da venda massiva de empresas públicas, o que acelerou a acumulação de capitais, e de políticas agressivas de reduções salariais e de eliminação de direitos sociais, medidas estas que favoreceram a capacidade de competição dos capitais e seus produtos no mercado mundial.

Estas perdas, aliadas à generalização crescente da precarização laboral e à subcontratação, elevaram a superexploração a níveis que a região acreditava que havia superado.

É importante destacar que os valores de uso produzidos sob o novo padrão de especialização produtiva não possuem a capacidade de dinamizar

atividades complementárias que complexifiquem a estrutura produtiva. Produzir soja, frutas, vinhos ou café, e extrair cobre, petróleo ou lítio não criam condições para indústrias adjacentes, encadeadas a essas produções ou extrações e que fomentem novos empregos e novas demandas de produção industrial. Mesmo quando as necessitam, tais indústrias são de um nível de complexidade tecnológica que só se pode conseguir adquirindo-as nas economias desenvolvidas ou então exportando os produtos para seu processamento no exterior.

A princípios do século XXI, o capitalismo latino-americano, agora sob o padrão exportador de especialização produtiva, viveu um período de bonança excepcional. Esta experiência contou com a excepcional demanda de petróleo, matérias-primas e alimentos no mercado mundial, em grande medida propiciada pelo crescimento espetacular da economia chinesa, e a conseqüente elevação dos preços da maioria dos principais produtos de exportação da região.

O incremento do volume das exportações, acompanhado de um aumento substancial de preços, favoreceu que tanto o capital local, estatal e privado, quanto o capital estrangeiro – o qual elevou sua presença na mineração, agroindústria, energia, serviços e “maquila” – ampliassem seus lucros a níveis inusitados. Contava-se com recursos para estimular investimentos estratégicos que expandisse a demanda de novos bens na economia local, que provocasse uma expansão do tecido produtivo e se abrissem condições para o impulso de uma dinâmica que rompesse ou reduzisse os nós mais agudos da dependência e do subdesenvolvimento.

Entretanto, as forças dinamizadoras da dependência acabaram predominando. Os obstáculos antepostos pela segmentação produtiva nas cadeias globais de valor não caminham no sentido de estimular processos de industrialização, a exceção de aspectos muito parciais de alguma atividade industrial, as menos tecnificadas, pois os segmentos que exigem conhecimentos e níveis de tecnificação mais avançados acabam permanecendo nas economias desenvolvidas.

Os grandes exportadores de matérias-primas e alimentos, por sua vez, incrementaram as hectáreas plantadas e abriram novas áreas de mineração, mas destinaram pouco ou nada a investimentos estratégicos com o objetivo de complexificar a estrutura produtiva.

Por essas razões, iniciada a segunda década do século XXI, após a caída da demanda exterior e a aguda diminuição dos preços das matérias-primas e alimentos, em função da contração do crescimento da China e da debilidade de outros centros desenvolvidos, os capitais e Estados que obtiveram lucros substanciosos e não realizaram investimentos com a perspectiva de reduzir a dependência e o subdesenvolvimento não tem tido vergonha em convocar novas políticas de ajuste que apontam a reduzir ou cortar o pouco do orçamento que se destinou a melhorias salariais, educação e políticas de combate à pobreza. O subdesenvolvimento e a dependência têm se reforçado novamente na região.

XV

É importante destacar o *peso dos padrões exportadores na história econômica regional*. Era essa a característica do primeiro padrão construído no século XIX, o agro-mineiro exportador, e após o brevíssimo lapso em que se fez presente o padrão industrial, voltou a fazer-se presente um novo padrão voltado aos mercados exteriores, o padrão de especialização produtiva.

Em uma sub-região onde a superexploração é uma tendência central do capitalismo dependente, o fato de que o capital encontre caminhos para valorizar-se em mercados exteriores, via exportações, não é uma boa notícia para o mundo dos trabalhadores. O novo padrão de reprodução já evidenciou esse fato desde que estabeleceu as bases para seu funcionamento e ao longo de sua expansão.

A América Latina assistiu a uma ofensiva brutal do capital sobre as condições de vida da população trabalhadora desde os anos setenta do século XX, e o aprofundamento da exploração redobrada se constituiu como a base de sustentação do dinamismo e dos êxitos da nova modalidade de reprodução.

É importante destacar que não estamos, na América Latina, frente a qualquer economia exportadora. Encontramo-nos na situação de uma região regida por um padrão de reprodução que aprofunda ao máximo as contradições da dinâmica do capitalismo dependente, tais como a ruptura do ciclo do capital e uma organização produtiva que prossegue dando as costas às necessidades da maioria da população trabalhadora.

Não é o mesmo exportar sustentando-se na redução do consumo da população assalariada local, como ocorre na América Latina, do que fazê-lo sobre a base de uma economia com uma elevada produtividade, como a alemã, onde se mantém e inclusive se incrementa a produção e o consumo de bens-salário pelo mundo do trabalho, assim como de equipamentos pelo capital local. E é essa elevada produtividade a que permite contar com uma abundância de bens que são lançados aos mercados mundiais como uma alta competitividade³¹.

A economia exportadora latino-americana também tem pouca relação com a modalidade exportadora da Coreia do Sul. Nesse país, a criação de indústrias direcionadas aos mercados externos foi acompanhada de políticas que impulsionaram o desenvolvimento do setor de bens de capital, de forma simultânea ao desenvolvimento dos bens de consumo. Uma parte substancial dos excedentes iniciais das exportações foram orientados a fortalecer as bases industriais para novas exportações cada vez mais complexas, dando início a uma paulatina incorporação da população trabalhadora ao mercado interno.

Na América Latina, o recurso à expansão do crédito como forma de elevar parcialmente o consumo de camadas trabalhadoras e da baixa pequena burguesia assalariada, e que tem sido teorizada pela sociologia regional como “expansão das classes médias”, realiza-se sobre bases de emprego muito precárias. Soma-se a isso a especulação com os créditos, elevando enormemente os preços finais devido ao aumento significativo dos juros. Tudo isso foi posto em

³¹ O escândalo da Volkswagen no segundo semestre de 2015 é um duro golpe para a credibilidade da eficiência produtiva do capital alemão como um todo.

questão no momento em que o emprego e os salários voltaram a sofrer os impactos de novos programas de ajuste, ao decair as exportações e seus preços. A expansão do mercado interno mostra neste como em outros exemplos prévios sua enorme fragilidade nas economias dependentes, assim como a dificuldade de corrigir a ruptura do ciclo do capital neste tipo de economias.

XVI

Desenvolvimento do subdesenvolvimento. Assim Andre Gunder Frank sintetizou o futuro das economias dependentes caso seguissem regidas por relações capitalistas³². Lida a partir dos estágios de maior desenvolvimento da teoria marxista da dependência, esta formulação não se remete à nenhuma ideia estancacionista. As economias latino-americanas poderão seguir crescendo, expandindo seus setores exportadores, ramos e indústrias diversas e gerando mais-valoria relativa em setores particulares³³. Porém, o farão recriando e agudizando as fraturas na reprodução do capital, assim como os desequilíbrios sociais inerentes à condição de subdesenvolvimento e dependência. Por esta razão se sustenta que a expansão do capitalismo na região seguirá desenvolvendo o subdesenvolvimento.

A TMD não afirma que a economia latino-americana, em função de sua condição subdesenvolvida e dependente, deva dirigir-se ao estancamento, por mais que diversos autores, mais ou menos próximos a esta proposta teórica, tenham feito tal afirmação.

Brasil, México e Argentina, para mencionar as três maiores economias da região, podem ter apresentado, em diversas formas e períodos, crescimentos

³² Andre Gunder Frank, *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1970.

³³ O fato de que a mais-valoria relativa se desenvolva em alguns setores não significa que seja a modalidade que defina os processos de exploração na economia como um todo. Da mesma forma que a existência da mais-valoria absoluta no mundo desenvolvido não a converte em modalidade definidora da exploração nessas economias. Astarita critica a defesa da impossibilidade da produção de mais-valoria relativa no capitalismo dependente, posição defendida por outros autores. Véase *Economía Política de la dependencia y el subdesarrollo*. op. cit., pág. 66.

importantes em suas economias nos últimos sessenta anos, tanto sob o padrão industrial como sob o atual padrão exportador de especialização produtiva. Mas *nada do que foi realizado permite afirmar que se avançou no sentido do desenvolvimento*. Ao contrário, o que ocorreu foi o aprofundamento das contradições próprias do capitalismo dependente.

XVII

A esta altura do nosso argumento, parece pertinente uma reformulação da noção de sistema mundial capitalista em relação àquela com a qual começamos este escrito.

Esse sistema não pode ser concebido simplesmente como o espaço onde operam economias capitalistas com diversos níveis de desenvolvimento científico e tecnológico, com diversas composições orgânicas de capital e diferentes níveis de produtividade. Esta visão oculta mais do que elucida.

O sistema mundial capitalista é fundamentalmente uma unidade diferenciada onde se articulam, ao menos, duas formas de capitalismo: o desenvolvido e o dependente.

Estas formas de capitalismo conformam uma unidade ao operar de maneira integrada e articulada de acordo com a lógica do capital e com busca por uma apropriação crescente de lucros. Mas o fazem de formas diferenciadas, em função de uma *divisão de formas de capitalismo*. Esta divisão não é outra coisa que a articulação de formas de reprodução de capital que impulsionam e permitem o desenvolvimento de umas economias, enquanto impulsionam o subdesenvolvimento de outras.

No interior destas formas de capitalismo há uma diversidade de graus, seja de capitalismo desenvolvido, seja de capitalismo dependente.

XVIII

Dado o nível de amadurecimento do sistema mundial capitalista, da divisão de formas de capitalismo e das relações que as conformam, pode-se afirmar que, sendo teoricamente factível tanto a transição de uma economia desenvolvida à condição de subdesenvolvida quanto a transição de uma economia dependente à condição de economia desenvolvida, *esta última, em termos históricos, somente pode apresentar-se como resultado de uma situação de exceção*, em que a lógica da acumulação não pode operar através de sua própria dinâmica, nem pela simples ação auto-reguladora do mercado, mas somente por um caminho que defina um plano de desenvolvimento com capacidade de disciplinar o conjunto das classes sociais, particularmente as dominantes, e, ao menos, neutralizar as forças do imperialismo.

A primeira transição, do desenvolvimento ao subdesenvolvimento, é teórica e historicamente mais factível, bastando, para que isso ocorra, com que um país perda a capacidade de transferir valor e horas de trabalho a seu favor e de potenciá-lo.

Não existe uma linha de continuidade entre a forma de capitalismo dependente e a forma de capitalismo desenvolvido, no sentido de que, por uma mera acumulação de diferentes condições ou processos, uma economia dependente e subdesenvolvida possa alcançar o desenvolvimento. Se desenvolvimento e capitalismo dependente amadurecem de maneira simultânea devido à relação que estabelecem e mantêm entre si, a dinâmica de reprodução estabelecida em cada uma dessas formas, operando de maneira normal, tenderá a reproduzir dependência e o subdesenvolvimento.

A passagem da condição dependente e subdesenvolvida ao capitalismo desenvolvido implica necessariamente uma *ruptura* em várias dimensões: primeiro, com as tendências espontâneas da acumulação ou com a capacidade auto-reguladora do mercado. Segundo, com as classes dominantes do mundo dependente, no sentido de ajustá-las a planos e projetos que tendencialmente não

são os que historicamente levaram a cabo e, terceiro, implica, ao menos, neutralizar o capital imperialista.

As burguesias das economias subdesenvolvida não possuem a vontade histórica de liderar projetos que rompam com as tendências locais à superexploração e de atingir uma reinserção ao mercado mundial em condições distintas daquelas que reproduzem o subdesenvolvimento e a dependência. E isso ocorre por uma simples razão: sob as condições subordinadas em que se desenvolvem e submetidas às divisões internacionais de trabalho imperantes, podem conseguir lucros enormes, apesar das transferências de valor e horas de trabalho. Isto permite a *conformação de capitais poderosos*, não somente em âmbito regional, mas também mundial, *mas seus processos de acumulação e de reprodução não geram desenvolvimento para as economias locais*.

O capital estrangeiro que investe na região tende a adequar-se aos processos de reprodução do capital imperantes, e não a modificá-los. Esta é uma das razões pelas quais este capital chega à região: porque pode superexplorar, o que eleva seus lucros, mantém a ruptura do ciclo do capital, e investe em atividades produtivas ou de serviços que não alteram a dinâmica que reproduz o subdesenvolvimento³⁴.

Somente uma situação de exceção, que avance na contracorrente das tendências da acumulação e do mercado, pode reverter as tendências que reproduzem a dependência. E mesmo assim, o desenvolvimento alcançado terá como contra-cara o aprofundamento ou a extensão do subdesenvolvimento e da dependência em algum outro canto do planeta. Estes processos nunca emergem separados.

³⁴ Para Astarita, pelo contrário, “a IED não impede que o capitalismo dependente adquira dinâmica própria”, motivo pelo qual é necessário voltar a pensar nos “efeitos que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) sobre os países atrasados”. Em, *Economía política de la dependencia y el subdesarrollo*, op. cit., p. 58.

XIX³⁵

Uma parte substancial dos processos que permitiram a Coréia do Sul alcançar os níveis produtivos atuais têm pouco ou nada a ver com a simples dinâmica da acumulação e da mão invisível do mercado. Ao contrário, sua situação se situa nas antípodas dessas tendências. Trata-se – como já apontamos – de uma situação de exceção.

Após o término da Segunda Guerra (1945) e da retirada das tropas japonesas da península da Coréia, que ocuparam desde 1910, os Estados Unidos dividiram a península pelo paralelo 38, ficando a parte norte ocupada por tropas soviéticas e a parte sul por tropas estadunidenses. Entre 1950 e 1953, a península coreana se vê sacudida por uma guerra que confronta a atual Coréia do Sul, apoiada pelos Estados Unidos e pela ONU, e a atual Coréia do Norte, apoiada pela República Popular da China e, de maneira indireta, pela União Soviética. Nesta guerra morrem em torno de dois milhões e meio de pessoas, principalmente combatentes, mas também população civil, e provoca a destruição da principal infraestrutura da península. Depois de um armistício (e não um tratado de paz) se cria a Coréia do Norte, com fronteiras com a China, e a Coréia do Sul, na parte baixa da península, com saída terrestre somente pela Coréia do Norte, e mais próxima ao Japão. A fronteira zigzagueia ao redor do paralelo 38, com 4 quilômetros de uma zona desmilitarizada.

Ocupada por um longo período por forças estadunidenses logo após a guerra, a Coréia do Sul foi importante para Washington até a queda do bloco socialista como uma contenção que impediria o avanço do “comunismo”, mas fundamentalmente por sua posição geoestratégica privilegiada, próxima às principais cidades chinesas e também do território da União Soviética.

³⁵ Esta seção está baseada em Jaime Osorio, “América Latina frente al espejo del desarrollo de Corea del Sur y China”, México, *Problemas del desarrollo* núm. 182, Instituto de Investigaciones Económicas (IIEc), UNAM, julio-septiembre 2015.

Para os Estados Unidos, o fortalecimento econômico da Coreia do Sul era necessário. Por tal razão, entre 1945 e 1961, doaram a este país mais de 3 bilhões e 100 milhões de dólares, equivalente a mais de um terço do que a França recebeu como parte do Plano Marshall³⁶. No começo dos anos oitenta, o Japão outorgou a Seul 3 bilhões de dólares por reparações de guerra e pela ocupação de seu território.

Em um período de 15 anos, iniciados em 1945, as autoridades coreanas levam a cabo uma profunda reforma agrária, que desmantela o poder dos setores latifundiários. Por outro lado, a guerra havia propiciado o enfraquecimento da incipiente burguesia industrial.

Todos esses fatores criarão as condições para a *conformação de um Estado com elevados níveis de autonomia* em relação às classes dominantes, e contando com um forte respaldo e apoio de Washington.

De 1961 a 1969, o general Park Chung-hee lidera uma Junta Militar e em 1963 se proclama Presidente da República, período em que *estatiza o sistema bancário e estabelece planos de desenvolvimento para incentivar o crescimento de setores estratégicos*, convertendo, assim, o crédito em uma arma para obrigar os empresários a investir naqueles setores.

No primeiro plano quinquenal de desenvolvimento (1962 – 1966), os setores privilegiados foram o setor energético, adubos, têxteis e cimento. No segundo (1967 – 1972), 50% dos recursos do setor financeiro se canalizaram ao apoio da indústria química e da indústria de bens de capital³⁷, enquanto que no terceiro plano privilegiou-se a siderurgia, equipamentos de transporte, eletrodomésticos e a construção naval³⁸. Como se pode apreciar, os planos combinam a produção de bens de consumo e de bens de capital, criando

³⁶ Eric Toussaint, “Corea del Sur: el milagro desenmascarado”, *OIKOS*, núm. 22, Santiago, Escuela de Economía de la Universidad Católica Cardenal Raúl Silva Henríquez, segundo semestre 2006, pág. 86.

³⁷ John Jairo Cuéllar Escobar, *El desarrollo industrial en Corea del Sur (1960-2010). Elementos explicativos y de política. Un contrapunto a la experiencia colombiana*. Bogotá, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Colombia, Tesis de grado, 2012.

³⁸ Eric Toussaint, “Corea del Sur: el milagro desenmascarado”, *op. cit.*, pág. 93.

condições para que tanto o setor II quanto o setor I possam estabelecer-se, expandir-se e retroalimentar-se.

Juntamente com o planos de desenvolvimento, Park propõe a criação de grandes conglomerados industriais (*chaebol*) com o apoio de transnacionais estadunidenses, os quais serão a *base da futura economia exportadora*.

O Estado fixou aos camponeses um volume mínimo de produção para o consumo da população urbana, com preços estabelecidos pelas autoridades, e geralmente inferiores ao preço de custo.

Após sua morte, Park é sucedido por outro ditador, o também militar Chung Doo- hwan, quem manteve a forte presença estatal na economia. Estabeleceu planos para o desenvolvimento de novos setores estratégicos e reprimiu violentamente os movimentos que exigiam a democratização do país.

O novo governo manteve o controle dos salários a níveis rebaixados. Nos anos de 1980, quando a economia já começava a dar sinais de crescimento, o salário de um trabalhador coreano correspondia à décima parte do de um trabalhador alemão e à metade do de um trabalhador mexicano. Ao mesmo tempo, a jornada de trabalho era a mais extensa do mundo.

Foi nos anos oitenta quando a economia da Coréia do Sul desponta, com cifras de crescimento acima de 8% do PIB, dando início ao que se denominou o “milagre econômico coreano”, ainda que com um crescimento elevado da dívida externa.

Após mobilizações massivas exigindo democracia, o presidente Chung foi destituído em 1987, e apenas em 1988 os cidadãos puderam eleger autoridades por meio do voto universal, resultando eleito o primeiro presidente civil em 1992.

A informação acima apresenta mostra, contrariamente às ilusões liberais e neo-schumpeterianas, que a experiência sul-coreana não é um modelo factível de se realizar na América Latina. Expressa uma situação de exceção nas condições internacionais, regionais e até locais. Nem os Estados Unidos, nem as classes

dominantes latino-americanas estão em condições de acompanhar um projeto como o da Coréia do Sul, e muito menos de encabeçá-lo.

A autonomia e o poder alcançado pelo Estado sul-coreano, não somente sobre a população trabalhadora industrial e camponesa, mas também sobre as classes dominantes, são condições que explicitam a ingenuidade neodesenvolvimentista³⁹ quanto convoca o Estado latino-americano a ter maior presença na economia para romper com o subdesenvolvimento.

¿Em que lugar da América Latina se poderia fazer algo, não digamos semelhante, mas simplesmente próximo ao realizado na Coréia do Sul? ¿os Estados Unidos e seu discurso da liberdade empresarial, de proteção da propriedade privada, etc., apoiariam felizes tais medidas? ¿o FMI e o Banco Mundial também? Não é difícil ver que nada disso seria possível no quadro das relações de forças imperantes. Nas poucas experiências em que algo próximo a um projeto de desenvolvimento nacional buscou realizar-se, o capital local e estrangeiro não mediram esforços para destruí-lo.

XX

A teoria da dependência emerge como resultado da crise do desenvolvimentismo, alimentada pelos impasses do processo de industrialização, incapaz de resolver os problemas que se propôs superar, mas que, ao contrário, criou novos problemas que redobram a dependência e o subdesenvolvimento.

Também é resultado da crise do marxismo ortodoxo e de sua incapacidade para explicar as novidades, como a Revolução Cubana, assim como seus velhos equívocos, tal como os chamados para estabelecer alianças com a burguesia local.

O novo marxismo que emerge com força na região logo após o triunfo da Revolução Cubana abre novos caminhos para entender as razões do

³⁹ *Diez tesis sobre el nuevo desarrollismo*, Sao Paulo, setiembre de 2010 (consultado el 19 de marzo de 2014), disponible en http://www.tenthesisondevelopmentalism.org/theses_spanish.asp

subdesenvolvimento, assim como o problema da atualidade da revolução na América Latina. É neste contexto que noções como dependência e desenvolvimento do subdesenvolvimento se configuram como centros de uma reflexão que busca explicações sobre as particularidades do capitalismo regional e que dão fundamentos a uma nova política.

O problema da dependência, na medida em que emerge através da vinculação da região no sistema mundial capitalista, exigia uma formulação a partir da economia política. Mas esta era uma perspectiva com um tímido desenvolvimento na região, onde predominava a história econômica, ainda que marxista, e correntes keynesianas e estruturalistas na própria economia como disciplina. A estas correntes se somarão as perspectivas sociológicas que não conseguiram, entretanto, apresentar avanços substanciais na reflexão.

As contribuições de autores como Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, constituem o núcleo fundamental da conformação da teoria marxista da dependência. Mas esta só termina de tomar forma com o escrito *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini⁴⁰. É somente neste trabalho onde se formula uma proposta que explica a inserção da América Latina no mercado mundial, e como tal inserção propicia a geração de um capitalismo com particularidades em sua reprodução, como a ruptura do ciclo do capital e a superexploração. Essas particularidades não são sinais de deficiências ou deformidades⁴¹ do desenvolvimento capitalista, mas justamente a expressão do seu desenvolvimento e maturidade como capitalismo dependente.

A rigor, *somente a partir de Dialética da Dependência se pode falar da constituição de uma teoria marxista da dependência*. Todos os trabalhos prévios, inclusive aqueles realizados pelo próprio Marini, não são mais que aproximações,

⁴⁰ Ver, de Jaime Osório, "El marxismo latinoamericano y la dependencia", en *Cuadernos Políticos* n. 39, México, Editorial Era, enero-marzo de 1984.

⁴¹ A expressão é utilizada por Rolando Astarita. Ver seu livro *Monopolio, imperialismo*. Op. cit., pág. 102. Porém, em seu livro *Economía política de la dependencia y el subdesarrollo*, Universidad Nacional de Quilmes Editorial, Argentina, 2010, pág. 61, a atribui a Marini.

melhores ou piores, a essa proposta. Por tal motivo, qualquer crítica a dita teoria deveria ser feita considerando essa situação, e não tomando facilmente como base formulações embrionárias ou aproximações.

Referências bibliográficas

Astarita, Rolando, *Monopolio, imperialismo e intercambio desigual*, Madrid, Maia Ediciones, 2009.

Astarita, Rolando, *Economía Política de la dependencia y el subdesarrollo. Tipo de cambio y renta agraria en la Argentina*. Universidad Nacional de Quilmes Editorial, Argentina, 2010.

Caputo, Orlando *La crisis de la economía mundial y América Latina. Una nueva interpretación de la crisis*. Ponencia al Décimo Encuentro de la Sociedad de Economía Política, SEPLA, UNAM, México, 14-16 de octubre de 2015.

Cepal, *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2015*, Santiago. Cuéllar Escobar, John Jairo, *El desarrollo industrial en Corea del Sur (1960-2010). Elementos explicativos y de política. Un contrapunto a la experiencia colombiana*. Bogotá, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Colombia, Tesis de grado, 2012.

Diez tesis sobre el nuevo desarrollismo, Sao Paulo, septiembre de 2010 (consultado el 19 de marzo de 2014), disponible en http://www.tentheseondevelopmentalism.org/theses_spanish.asp.

Dobb, Maurice, *Estudios sobre el desarrollo del capitalismo*, Siglo XXI Editores, Argentina, 1971.

Dos Santos, Theotonio, *Economía y cambio revolucionario en América Latina*, Caracas, 1979.

El Financiero, México, en www.elfinanciero.com.mx/empresas/produccion-y-exportacion-de-autos-en-Mexico-rompen-records-en-2014-htlm/. Consultado el 04 de diciembre de 2015.

Emmanuel, Arghiri, “El proletariado de los países privilegiados participa de la explotación del tercer mundo”, en Amín, Palloix, Emmanuel, Bettelheim, *Imperialismo y comercio internacional. (El intercambio desigual)*, Córdoba, Argentina Cuadernos de Pasado y Presente núm. 24, julio 1971.

Frank, Andre Gunder, *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1970.

Hobsbawm, Eric, *En torno a los orígenes de la revolución industrial*. Siglo XXI, Argentina, 1971.

Mandel, Ernest. *O capitalismo tardio*, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

Marini, Ruy Mauro, Dialética da dependência, em *Ruy Mauro Marini, vida e obra*, Roberta Traspadini e Joao Pedro Stedile (orgs), São Paulo, Expressão Popular, 2005.

Marini, Ruy Mauro, “Las razones del neodesarrollismo”, *Revista Mexicana de Sociología* núm. extraordinario, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México, 1978.

Marx, Karl, *O capital, Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital*, Boitempo, São Paulo, 2013.

Marx, Karl, *O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital*, Nova Cultural: São Paulo, 1985.

Marx, Karl, *O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*, vol. 1. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

Ocampo, José Antonio y María Angélica Parra, “Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX”, en *Revista de la Cepal*, núm. 79, Santiago, abril de 2003.

Osorio, Jaime, “El marxismo latinoamericano y la dependencia”, en *Cuadernos Políticos* n. 39, México, Editorial Era, enero-marzo de 1984.

Osorio, Jaime, “Fundamentos de la superexplotación”, en *Razón y Revolución* n. 25, Buenos Aires, 1er semestre de 2014.

Osorio, Jaime “América Latina frente al espejo del desarrollo de Corea del Sur y China”, México, *Problemas del desarrollo* núm. 182, Instituto de Investigaciones Económicas (IIEc), UNAM, julio-septiembre 2015.

Rosdolsky, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*, Ed. UERJ, Contraponto, Rio de Janeiro, 2001, pp. 379-380.

Toussaint, Eric, “Corea del Sur: el milagro desenmascarado”, *OIKOS*, núm. 22, Santiago, Escuela de Economía de la Universidad Católica Cardenal Raúl Silva Henríquez, segundo semestre 2006.